

—
ESCOLA
SUPERIOR
DE MEDIA
ARTES
E DESIGN
POLITÉCNICO
DO PORTO

R

Regulamento Específico de Avaliação de Desempenho dos Docentes da ESMAD

—
OUTUBRO 2016
DESPACHO XXX

ÍNDICE

CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	3
ARTIGO 1º	OBJETO DE AVALIAÇÃO	3
ARTIGO 2º	ÂMBITO DA AVALIAÇÃO	3
CAPÍTULO II	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	
ARTIGO 3º	ÓRGÃOS	3
ARTIGO 4º	PERIODICIDADE	5
ARTIGO 5º	AVALIAÇÃO DE DOCENTES COM FUNÇÕES DIRIGENTES	6
ARTIGO 6º	REGIME EXCECIONAL	6
ARTIGO 7º	DIMENSÕES	7
ARTIGO 8º	CLASSIFICAÇÃO FINAL	9
ARTIGO 9º	PROCESSO	9
ARTIGO 10º	EFEITOS DA AVALIAÇÃO	11
ARTIGO 11º	AVALIAÇÃO ATRAVÉS DE PONDERAÇÃO CURRICULAR SUMÁRIA	11
ARTIGO 12º	ALTERAÇÃO DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	12
CAPÍTULO III	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS	13
ARTIGO 13º	AVALIAÇÕES RELATIVAS AOS ANOS 2004 A 2016	13
ARTIGO 14º	AVALIAÇÕES RELATIVAS A ANOS POSTERIORES A 2016	13
ARTIGO 15º	CONTAGEM DE PRAZOS	13
ARTIGO 16º	CASOS OMISSOS	13
ARTIGO 17º	REVISÃO DO REGULAMENTO	13
ARTIGO 18º	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	14
ARTIGO 19º	ENTRADA EM VIGOR	14

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Objeto de avaliação

O presente regulamento especifica as linhas a que deve obedecer o processo de avaliação de desempenho do pessoal docente da Escola Superior de Media Artes e Design do Instituto Politécnico do Porto, doravante designada por ESMAD, de acordo com o estabelecido no Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes (RADD) do Instituto Politécnico do Porto (IPP), publicado no Diário da República, 2ª série, N.º 74, em 14 de abril de 2011.

Artigo 2º

Âmbito da avaliação

1 – O presente regulamento é aplicável:

- a) A todos os docentes da ESMAD, seja qual for o vínculo e categoria;
- b) Aos docentes da ESMAD que exerçam as seguintes funções:
 - i) Presidente do IPP;
 - ii) Presidente da ESMAD;
 - iii) Presidente do Conselho Técnico-Científico da ESMAD;
 - iv) Presidente do Conselho Pedagógico da ESMAD;
 - v) Provedor do Estudante do IPP.

CAPÍTULO II

Avaliação de desempenho

Artigo 3º

Órgãos

1. O processo de avaliação de desempenho dos docentes que prestam serviço na ESMAD é regulado e supervisionado, a nível do Instituto Politécnico do Porto (IPP), pelo Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho Docente do IPP (CCADD-IPP) e, a nível da ESMAD, pela Comissão de Avaliação de Desempenho Docente da ESMAD, doravante designada por CADD.
2. A CADD integra como elementos:
 - a) O Presidente da ESMAD, que presidirá;
 - b) Cinco a dez membros a designar pelo Conselho Técnico-Científico da ESMAD, de entre os seus membros em efetividade de funções, cabendo a este Conselho deliberar sobre o número de membros a designar.

3. À CADD compete:

- a) Conduzir o processo de avaliação do pessoal docente da ESMAD, subordinado às orientações do CCADD-IPP;
- b) Elaborar propostas de alteração do presente Regulamento, ouvidas as associações sindicais e submetendo-as a homologação pelo Presidente do IPP;
- c) Elaborar a Grelha de Pontuação relativa à avaliação das atividades desenvolvidas pelo pessoal docente a prestar serviço na ESMAD, anexa ao presente Regulamento, e submetê-la à homologação pelo Presidente do IPP;
- d) Aprovar os modelos da Ficha de autoavaliação e da Ficha de Avaliação, anexos ao presente regulamento;
- e) Nomear avaliadores-relatores de entre os docentes da ESMAD, obrigatoriamente detentores de categoria igual ou superior à dos avaliados;
- f) Se necessário, nomear os avaliadores-relatores recorrendo à colaboração de peritos externos, nos termos que, sob proposta sua, sejam aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da ESMAD;
- g) Dar parecer sobre os requerimentos dos docentes quanto às ponderações a atribuir a cada dimensão de desempenho, em cada período de avaliação, de acordo com os limites estabelecidos no nº 2 do artigo 7º do presente regulamento, submetendo os seus pareceres a aprovação pela Presidente da ESMAD;
- h) Propor as classificações finais dos docentes;
- i) Assegurar o equilíbrio da distribuição dos resultados finais na ESMAD, com a observância da orientação aprovado pelo CCADD-IPP quanto ao princípio da diferenciação de desempenho;
- j) Apreciar e decidir sobre as alegações que lhe sejam apresentadas em sede de audiência prévia;
- k) Propor ao Presidente do IPP a classificação a atribuir a cada docente.

4. Os membros da CADD não podem pronunciar-se sobre a avaliação de docentes com categoria superior à sua.

Artigo 4º**Periodicidade**

1. A avaliação de desempenho dos docentes tem um carácter regular e realiza-se de três em três anos.
2. A avaliação de desempenho dos docentes reporta-se ao desempenho relativo aos três anos civis completos imediatamente anteriores àquele em que é efetuada.
3. A classificação anual de cada um dos anos avaliados é a que resulta do ciclo de avaliação.
4. O processo de avaliação do desempenho dos docentes decorre nos meses de janeiro a setembro do ano imediatamente seguinte ao triénio em avaliação.
5. Na avaliação da dimensão pedagógica do desempenho, os resultados da avaliação de cada ano letivo serão integralmente considerados na avaliação do ano civil em que o respetivo ano letivo se conclua.
6. Para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 10º - B do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (contratação dos professores adjuntos por tempo indeterminado), da alínea b) do nº 7 do artigo 6º, da alínea b) do nº 8 do artigo 7º e dos números 1, 2 e 4 do Artigo 8º, todos do Decreto-Lei nº 207/2009 de 31 de agosto (regime transitório de renovação de contratos), com a redação dada pela Lei nº 7/2010 de 13 de maio, cada docente deve ser objeto de avaliação extraordinária, exceto se tiver sido avaliado há menos de um ano, caso em que, para os efeitos mencionados, releva a última classificação obtida.
7. Os docentes podem ainda requerer avaliação extraordinária para outros efeitos relevantes para a sua situação profissional, designadamente com vista a progressão remuneratória, apresentação a concurso, aposentação, ou a transição para outra instituição ou organismo, exceto se tiver sido avaliado há menos de um ano, caso em que, para os efeitos mencionados, releva a última classificação obtida.
8. No caso de a última avaliação ter sido negativa, é facultada ao docente a possibilidade de requerer uma avaliação global do último período contratual, sendo esta a classificação que releva para os efeitos previstos nos números 6 e 7 do presente artigo.
9. Para os docentes em que, no ano de contratação, a relação jurídica de emprego tenha duração inferior a seis meses, o desempenho relativo a este tempo é objeto de avaliação conjunta com a do período seguinte.

Artigo 5º**Avaliação de docentes com funções dirigentes**

1. O exercício de funções em órgãos dirigentes da ESMAD e do IPP é sempre considerado para efeitos de avaliação de desempenho;
2. Aos docentes da ESMAD mencionados na alínea b) do nº 1 do artigo 2º, será considerada apenas a dimensão organizacional, sendo atribuídos 0,25 pontos por cada mês completo de exercício de funções, sem prejuízo de poderem requerer que seja também efetuada a avaliação das dimensões pedagógica e ou técnica, científica e artística.
3. Em caso de destituição dos docentes em exercício de funções em órgãos dirigentes da ESMAD e do IPP, a pontuação a que se refere o artigo 8º corresponderá à classificação Insuficiente.
4. Os Vice-Presidentes da ESMAD serão avaliados, na dimensão organizacional, por proposta dos Presidentes respetivos, a homologar pelo Presidente do IPP, em condições iguais às estabelecidas no nº 2 deste artigo.
5. Os Vice-Presidentes do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Pedagógico serão avaliados na dimensão organizacional, por proposta do Presidente respetivo, a homologar pelo Presidente do IPP, sem prejuízo de poderem requerer dispensa de avaliação da dimensão pedagógica e/ou técnica, científica e artística, aplicando-se então o estabelecido no n.º 6 do artigo 7º.
6. O disposto no nº 2 do presente artigo pode ser aplicável, mediante requerimento ao Presidente da CADD, a outros docentes que, embora não desempenhando funções dirigentes, tenham sido internamente nomeados ou destacados para o exercício de outras funções total ou parcialmente incompatíveis com a atividade docente e ou científica regular, assim como aos docentes em desempenho efetivo de funções nas situações referidas no artigo 41º do Decreto-Lei nº 207/2009, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7/2010, de 13 de maio.

Artigo 6º**Regime excecional**

1. Na falta de prestação das atividades previstas na alínea b) do nº 1 do artigo 3º do RADD-IPP durante um tempo superior a um mês, decorrente de situações excecionais, como doença e parentalidade, entre outras, o docente poderá requerer, de forma fundamentada, que no período a que se reporta a avaliação de desempenho a pontuação obtida nas diversas componentes seja corrigida de forma a ter em conta o impedimento ou que a avaliação seja feita através de ponderação curricular sumária.

2. Caso o impedimento seja superior a dezoito meses, consecutivos ou interpolados, o docente pode ainda requerer que seja relevada a última avaliação atribuída nos termos do presente regulamento.

Artigo 7º

Dimensões

1. A avaliação dos docentes tem por base o desempenho das atividades enunciadas no artigo 2º - A do ECPDESP, e incide sobre as dimensões:
 - a) Pedagógica – que inclui, entre outros parâmetros: atividades de ensino, acompanhamento e orientação de estudante, resultados dos inquéritos de autoavaliação e avaliação pedagógica, produção de material pedagógico, coordenação e participação em projetos pedagógicos, inovação e experiência profissional não académica relevante para a atividade de ensino;
 - b) Técnica, Científica e Artística – que inclui, entre outros parâmetros: reconhecimento pela comunidade científica e artística, produção e impacto científico e artístico, coordenação e participação em projetos científicos e artísticos, coordenação, liderança e dinamização da atividade científica e artística, criação e reforço de meios laboratoriais ou outras infra - estruturas de investigação, bem como atividades de extensão, divulgação tecnológica, científica e artística e valorização económica e social do conhecimento, incluindo participação/colaboração nos processos de construção normativa, prestação de serviços e consultadorias em nome da ESMAD e do IPP, serviços à comunidade e ações de formação profissional;
 - c) Organizacional – que inclui, entre outros parâmetros: exercício de funções de gestão nos órgãos da ESMAD e do IPP, eletivas ou por designação, e ainda a participação em tarefas distribuídas pelos órgãos de gestão que se incluam no âmbito da atividade e categoria profissional do docente do ensino superior politécnico.
2. Com base nas componentes referidas no ponto anterior, os docentes requerem junto da CADD, no prazo de 60 dias após o início do período de avaliação respetivo, as ponderações a atribuir a cada uma das dimensões referidas, cuja soma deve ser 100% e que devem respeitar as seguintes percentagens mínimas e máximas:
 - a) O peso máximo de cada componente é de 60%;
 - b) O peso mínimo de cada componente é de 10%.
3. As atividades a avaliar em cada dimensão e a pontuação respetiva estão estabelecidas na Grelha de Pontuação anexa ao presente regulamento.

4. Para obter uma avaliação global positiva, será necessária uma pontuação igual ou superior a 50% em duas das três dimensões referidas no nº 1 do presente artigo, com as exceções constantes no ponto seis deste artigo.
5. Será sempre possível, em cada uma das componentes, atingir as classificações mais elevadas através do desempenho de apenas uma parte das atividades tipificadas.
6. Quando circunstâncias excecionais o justifiquem, o docente poderá requerer, junto do Presidente da CADD, a alteração das ponderações a que se refere o nº 2 do presente artigo.
 - a) Se tal ponderação implicar a consideração de apenas uma ou duas das componentes de avaliação, é condição necessária para obtenção de uma avaliação global positiva uma pontuação igual ou superior a 50% em pelo menos uma das componentes de avaliação.
 - b) O requerimento: (i) deverá elucidar as razões que o motivam; (ii) poderá ser efetuado em qualquer momento, durante o decurso do período de avaliação a que respeita; (iii) poderá ser efetuado uma só vez em cada período de avaliação.
 - c) O requerimento será automaticamente aceite e deferido pela CADD se for acompanhado de despacho com parecer favorável pelo Presidente da ESMAD e Presidente do Conselho Técnico-Científico.
7. Os docentes contratados em regime de tempo parcial poderão requerer nos termos do nº 2 do presente artigo dispensa das componentes Técnica, Científica e Artística e/ou Organizacional, sendo as ponderações correspondentes às componentes não avaliadas redistribuídas pelas restantes componentes de avaliação.
8. Com vista à obtenção de um grau académico, ou para realização de projetos de investigação ou outra atividade relevante, nos termos dos artigos 36º -A e 37º -A, do ECPDESP, ou outra situação consignada no Regulamento de Prestação de Serviço Docente do IPP, um docente pode requerer até 1 de março ou 1 de outubro, uma vez em cada período de avaliação, dispensa de avaliação numa ou mais das componentes referidas no nº 1 do presente artigo, sendo neste caso as ponderações correspondentes às componentes não avaliadas redistribuídas pelas restantes componentes de avaliação e respetivos subitens. Neste caso, a classificação final será a média ponderada das classificações obtidas em cada um dos dois períodos. Tal dispensa carece de requerimento junto da CADD, cujo Presidente informará o avaliado sobre a decisão no prazo de quinze dias úteis após a receção do requerimento.

Artigo 8º**Classificação final**

9. A proposta de classificação final da avaliação de desempenho tem por base a pontuação global de cada docente referente ao período em avaliação, estabelecida através da grelha de avaliação anexa ao presente Regulamento, devidamente fundamentada, sendo expressa em quatro classes de acordo com a seguinte correspondência, sem prejuízo do disposto no nº 4 do artigo 7º:
- a) Insuficiente, pontuação inferior a 50%;
 - b) Bom, pontuação igual ou superior a 50% e inferior a 75%;
 - c) Muito Bom, pontuação igual ou superior a 75% e inferior a 90%;
 - d) Excelente, pontuação igual ou superior a 90%.
10. A avaliação de desempenho negativa, para efeitos do disposto no ECPDESP, é expressa pela classificação de “Insuficiente”.

Artigo 9º**Processo**

1. O processo de avaliação inicia-se com a notificação do Presidente da CADD para a apresentação das fichas de autoavaliação e o calendário de avaliação.
2. A avaliação incide sobre a ficha de autoavaliação relativa às atividades desenvolvidas pelo docente em cada um dos anos do período de avaliação de desempenho, entregue ao Presidente da ESMAD e elaborada segundo normas aprovadas pela CADD.
3. Os docentes devem anexar à ficha de autoavaliação elementos que relevem resultados obtidos no decorrer do período de avaliação.
4. Cabe à CADD da ESMAD a avaliação da componente pedagógica dos docentes, em colaboração com órgãos da ESMAD e do IPP e com docentes, nos termos seguintes:
 - a) Esta avaliação é efetuada por intermédio de inquéritos de resposta por escolha múltipla aplicados a estudantes, incidindo sobre os processos de ensino e de aprendizagem nas unidades curriculares.
 - b) Os inquéritos são elaborados pelo CADD ou Conselho Pedagógico e homologados conforme estatutariamente estipulado.
 - c) A distribuição e a recolha dos inquéritos ou, se aplicável, a sua disponibilização para resposta em linha (“on line”) é da responsabilidade da Presidência da ESMAD e da Presidência do IPP, com os procedimentos e por intermédio dos serviços que entendam e assegurando os níveis e modos de confidencialidade considerados adequados.

- d) O tratamento das respostas aos inquéritos é da responsabilidade da Presidência da ESMAD e da Presidência do IPP, com os procedimentos e por intermédio dos serviços que entendam e assegurando os níveis e modos de confidencialidade considerados adequados.
 - e) A Presidência da ESMAD e a Presidência do IPP assegurarão a disponibilização dos resultados dos inquéritos à CADD.
5. Os resultados dos inquéritos mencionados no número anterior integram a Grelha de Pontuação anexa.
 6. Com base na Ficha de Autoavaliação preenchida por cada docente, os avaliadores-relatores para o efeito designados pela CADD preenchem para cada docente a Ficha de Avaliação do Docente.
 7. Sobre os modelos da Ficha de Autoavaliação e da Ficha de Avaliação Docente, anexos ao presente regulamento, esclarece-se o seguinte:
 - a) A Ficha de Autoavaliação contém a Grelha de Pontuação, na qual o avaliado insere as informações suscetíveis de serem numericamente contabilizadas.
 - b) A Ficha de Autoavaliação calcula automaticamente a pontuação resultante do preenchimento pelo docente.
 - c) A Ficha de Avaliação do Docente consiste no conjunto constituído pela Ficha de Autoavaliação e por uma folha de rosto onde cada avaliador-relator explicita as verificações que pôde ou não efetuar da fidelidade do preenchimento por cortejo com elementos de prova fornecidos pelo docente, inclui outros elementos que justificadamente entenda considerar e, com base naquelas verificações e eventuais elementos adicionais, valida a pontuação calculada automaticamente pela Ficha de Autoavaliação ou propõe a sua alteração para um valor que explicita e justifique.
 8. Com base na Ficha de Avaliação do Docente entregue pelos avaliadores-relatores, a CADD decidirá da pontuação a propor, com fundamentação a constar obrigatoriamente em ata.
 9. Antes da decisão final referida no número anterior, a CADD, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 35º - A do ECPDESP, em audiência prévia, facultará ao docente avaliado a proposta que consta na Ficha de Avaliação do Docente (com classificação discriminada) que lhe respeita.
 10. Na sequência disposto no número anterior, o avaliado dispõe de dez dias úteis para, no caso de não concordar com a proposta de classificação final, aduzir as suas razões perante a CADD.

11. Com base no resultado da audiência prévia, a CADD poderá manter ou alterar a classificação provisória.
12. Após a audiência prévia dos interessados, a CADD elaborará uma listagem provisória das classificações finais de cada docente que remeterá para homologação ao Presidente do IPP.
13. Após a notificação do ato de homologação da avaliação pelo Presidente do IPP, o avaliado dispõe de dez dias úteis para reclamar, fundamentadamente, devendo a respetiva decisão ser proferida no prazo de quinze dias úteis.
14. Do ato de homologação da classificação final e da decisão sobre reclamação relativa à homologação do ato cabe recurso aos mecanismos previstos do regulamento de resolução de litígios do IPP, ou impugnação judicial, nos termos da lei.

Artigo 10º

Efeitos da avaliação

1. A avaliação de desempenho positiva é uma das condições que deve ser satisfeita para a contratação de professores adjuntos por tempo indeterminado, assim como para a renovação dos contratos a termo certo dos docentes não integrados na carreira.
2. A avaliação de desempenho tem ainda efeitos na alteração de posicionamento remuneratório na categoria do docente.
3. No caso de avaliação de desempenho negativa durante seis anos consecutivos, é aplicável o regime fixado na lei para o efeito.
4. No caso de avaliação de desempenho negativa ao fim de um triénio de avaliação, deverá a ESMAD, para auxiliar os docentes, definir os meios e mecanismos adequados à melhoria efetiva do desempenho destes, designadamente através de acompanhamento e monitorização.

Artigo 11º

Avaliação através de ponderação curricular sumária

1. A avaliação por ponderação curricular sumária reveste-se de carácter excecional e traduz-se na avaliação do currículo dos docentes, circunscrito ao período em avaliação nas dimensões (i) Pedagógica, (ii) Técnica, Científica e Artística e (iii) Organizacional, podendo ser considerado apenas um subconjunto dos critérios estabelecidos para cada vertente, eventualmente numa forma simplificada.
2. A avaliação através de ponderação curricular sumária é solicitada pelo docente, até ao dia trinta e um de janeiro do ano civil imediato àquele a que a mesma respeita, em requerimento fundamentado dirigido ao Presidente da ESMAD, o qual deve ser acompanhado do currículo,

da documentação comprovativa do exercício de cargos, funções, obtenção de graus académicos e atividades desenvolvidas no período requerido, bem como de outra documentação que o docente considere relevante para a avaliação.

3. A avaliação através da ponderação curricular realiza-se por aplicação de grelha aprovada pelo CCADD-IPP.
4. A ponderação curricular sumária é expressa através de uma valoração que respeita a escala de avaliação definida no artigo 8º e as regras relativas à diferenciação de desempenho previstas no presente regulamento.

Artigo 12º

Alteração de posicionamento remuneratório

1. Quando o docente não se encontre posicionado na última posição remuneratória da sua categoria é obrigatoriamente alterado o seu posicionamento remuneratório para posição imediatamente superior àquela em que se encontra, sempre que, na avaliação de desempenho, obtenha um total acumulado de 10 pontos na posição remuneratória em que se encontra.
2. A alteração do posicionamento remuneratório reporta-se a 1 de janeiro do ano seguinte àquele cuja avaliação de desempenho determinou essa alteração remuneratória.
3. Sempre que, por aplicação do disposto no artigo 35º - C do ECPDESP, não for possível proceder à alteração do posicionamento remuneratório, os docentes serão seriados de acordo com os pontos obtidos desde a última alteração de posicionamento remuneratório, subindo de índice remuneratório, no dia 1 de janeiro de cada ano, os primeiros dessa lista, até que se esgote a verba disponível para o efeito em cada ano.
4. Quando, para efeitos do previsto no presente artigo, for necessário proceder ao desempate entre docentes que tenham o mesmo número de pontos acumulados, releva consecutivamente: (i) a antiguidade na respetiva posição remuneratória, (ii) o tempo de serviço na categoria (iii) o tempo no exercício de funções públicas.
5. Após a ocorrência de alteração do posicionamento remuneratório, subtraem-se dez pontos ao valor acumulado e os pontos remanescentes contarão para um novo período de avaliação.
6. As alterações de posicionamento remuneratório decorrentes da obtenção do título de especialista, de doutor ou de agregado, ou da mudança de categoria em virtude de concurso, não reduzem o número de pontos disponíveis para progressão remuneratória.

CAPÍTULO III**Disposições transitórias e finais****Artigo 13º****Avaliações relativas aos anos 2004 a 2016**

1. A avaliação dos desempenhos ocorridos de 2004 a 2016 realiza-se nos termos dos artigos 17º e 18º do RADD/IPP.
2. A avaliação do desempenho de 2017 é efetuada nos termos do Despacho ____.

Artigo 14º**Avaliações relativas a anos posteriores a 2016**

A partir de 1 de janeiro de 2017, entra em vigor o sistema geral de avaliação trienal previsto no presente regulamento, correspondendo o primeiro triénio aos anos 2017 a 2019.

Artigo 15º**Contagem de prazos**

1. A contagem dos prazos relativos ao processo de avaliação previstos no presente regulamento suspende-se aos sábados, domingos e feriados.
2. Os prazos previstos no número anterior suspendem-se igualmente durante os períodos de férias escolares, entendendo-se por férias escolares os períodos como tal determinados pela ESMAD.

Artigo 16º**Casos Omissos**

As omissões do Regulamento e dúvidas resultantes da sua aplicação deverão ser dirimidas com base no CPA, ECPDESP, Lei nº 66-B/2007, Lei nº 12 – A/2008 e demais legislação aplicável, sendo objeto de despacho do Presidente do IPP, ouvido, quando considerado necessário, o CCADD/IPP, e publicado nos mesmos termos que o presente Regulamento.

Artigo 17º**Revisão do Regulamento**

No final de cada período de avaliação, e tendo em conta eventuais alterações do RADD-IPP, a CADD proporá alterações ao presente regulamento se tal se revelar necessário.

Artigo 18º**Disposições Transitórias**

1. Enquanto vigorar o período de instalação da ESMAD, a CADD é constituída pelo Presidente da Comissão Instaladora e por seis membros designados pela Comissão Instaladora, de entre os professores da ESMAD em efetividade de funções, satisfazendo os requisitos definidos nos Estatutos do P.Porto para poder pertencer ao Conselho Técnico-Científico da Unidade Orgânica.
2. Enquanto vigorar o período de instalação da ESMAD, as competências do Conselho Técnico-Científico da ESMAD são, nos termos do número 7 do Artigo 72^a dos Estatutos do Politécnico do Porto, atribuídos à Comissão Instaladora da ESMAD.

Artigo 19º**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua homologação.

ANEXO 1 a) – GRELHA DE PONTUAÇÃO

Dimensão: técnica, científica e artística

Dimensão	Peso	Sub-dimen- são	Pont. Máxima	CrITÉrios	Pontos por item	Item	Nº máximo de itens	Pontuação máxima	
Técnica, ci- entífica e artística	10 A 60	Formação académica/ profissional	35	Mestrado	22	Formação mais elevada	1	35	
				Título de Especialista	27				
				Doutoramento	32				
				Agregação	35				
		Atividade de investigação	50	Autor ou co-autor de livro técnico-científico	10	Livro	2	20	
				Editor ou co-editor/Coordenador ou co-coordenador/Organizador de livro técnico-científico	6	Livro	2	12	
				Autor ou co-autor de capítulo de livro técnico-científico	4	Livro	3	12	
				Tradução/edição crítica/revisão de livro técnico-científico	2	Livro	2	4	
				Artigo em revista técnico-científica de âmbito internacional com revisão por pares	4	Artigo	4	16	
				Artigo em revista técnico-científica de âmbito nacional com revisão por pares	3.5	Artigo	4	14	
				Artigo em revista técnico-científica sem revisão por pares	2	Artigo	4	8	
				Artigo em atas de congresso internacional (não acumulável com a comunicação respectiva)	3	Artigo	4	12	
				Artigo em atas de congresso nacional (não acumulável com a comunicação respectiva)	2.5	Artigo	4	10	
				Comunicação em congresso internacional ou nacional	4	Apresentação	4	16	
				Comunicação em congresso nacional	4	Apresentação	4	16	
				Criação artística, com apresentação ou interpretação a nível internacional	6.5	Apresentação	4	26	
				Criação artística, com apresentação ou interpretação a nível nacional	6	Apresentação	4	24	
				Membro de comissão científica de congresso técnico-científico nacional ou internacional	3	Evento	2	6	
				Membro de comissão científica ou arbitragem (referee) em revista técnico-científica nacional ou internacional indexada	3	Revista	2	6	
				Membro de comissão científica ou arbitragem (referee) em revista técnico-científica nacional ou internacional não indexada	1.5	Revista	2	3	
				Orientação ou co-orientação de tese de doutoramento (concluída) (não cumulativa como “membro de júri”)	10	Orientação	2	20	
				Orientação de dissertação/projecto/relatório de estágio de mestrado (concluída) (não cumulativa como “membro de júri”)	3	Orientação	4	12	
				Júri de tese de doutoramento ou de título de especialista	6	Participação	3	18	
				Júri de dissertação/projecto/relatório de estágio de mestrado	1.5	Participação	4	6	
				Júri de provas de agregação	7	Participação	1	7	
				Investigador responsável de projeto	7	“Projeto” x “ano”	3	21	
				- Investigador responsável máximo do projeto com financiamento externo atribuído por agência científica nacional ou similar					
				- Investigador responsável na instituição de projeto com financiamento externo atribuído por agência científica nacional ou similar					5
				- Investigador responsável de projeto aprovado pelo CTC ou pelos centros de investigação da ESMAD					3
				Colaborador em projeto de investigação internacional ou nacional com financiamento externo atribuído por agência ci- entífica nacional ou similar	2.5	“Projeto” x “ano”	4	10	
				Colaborador em projeto de investigação aprovado pelo CTC ou pelos centros de investigação da ESMAD	1.5	“Projeto” x “ano”	6	9	
				Prémio ou distinção nacional ou internacional atribuído por entidade de reconhecido prestígio	8	Prémio	2	16	
		Experiência profissional	6	Experiência profissional relevante regular em atividade fora do meio académico, nos últimos 5 anos (só para professores sem exclusividade)	2	Ano com- pleto	3	6	
Pontuação máxima na dimensão			100						

Dimensão: pedagógica

Dimensão	Peso	Sub-dimensão	Pont. Máxima	Critérios	Pontos por item	Item	Nº máximo de itens	Pontuação máxima
Pedagógica	10 a 60	Experiência e dedicação à docência	40	Experiência profissional no ensino superior	2	Ano	10	20
				Média anual de serviço letivo (dos três anos) - < 10h/semana (< 300 h/ano)	10			
				Média anual de serviço letivo (dos três anos) - ≥ 10h e <12 h/semana (≥ 300h e <360 h/ano)	14			
				Média anual de serviço letivo (dos três anos) - = 12h/semana (360 h/ano)	18	---	---	18
		Qualidade do desempenho docente	10	Número médio de UC/ano	1		6	
				Número médio de UC/ano das quais foi responsável	0,4	UC/ano	5	6
				Resultado médio (dos três anos) da avaliação pelos estudantes (3,5 – 4,0)	10			
				Resultado médio (dos três anos) da avaliação pelos estudantes (3,0 – 3,4)	8			
				Resultado médio (dos três anos) da avaliação pelos estudantes (2,5 – 2,9)	3	---	---	10
				Resultado médio (dos três anos) da avaliação pelos estudantes (< 2,5)	0			
		Cumprimento de prazos e outras obrigações profissionais	5	Cumprimento de prazos e outras obrigações profissionais (sumários, FUC, lançamento de notas, assiduidade às aulas, pontualidade, avaliações, vigilâncias, etc.)				
				Sem registos	5	---	---	5
				Nº de registos = 1 ou 2	3			
				> 2	0			
		Elaboração de material didático, cursos de formação ou atualização frequentados e participação em atividades académicas	45	Manuais de apoio à docência	8	Manual	2	16
				Antologias comentadas	2	Antologia	4	8
				Elaboração de textos de apoio, apontamentos impressos, cadernos de exercícios, <i>software</i> , manuais de práticas de laboratório, produções audiovisuais, etc. (qualquer que seja o formato)	4	Trabalho (nº pág. > 20)	4	16
				Cursos de atualização pedagógica ou profissional ≤ 40 horas	1			
				Cursos de atualização pedagógica ou profissional > 40 horas	3	Curso	3	9
				Coordenação de grupos ou comissões académicas, incluídas as de avaliação institucional, com apresentação de relatórios, comissões para a criação/acreditação de cursos, etc.	4	“Grupo ou comissão”x “ano”	3	12
				Participação em grupos ou comissões académicas, incluídas as de avaliação institucional, com apresentação de relatórios, comissões para a criação/acreditação de cursos, etc.	2	“Grupo ou comissão”x “ano”	3	6
				Organização de visitas de estudo e promoção de interdisciplinaridade entre departamentos	1,5	Visita	3	4,5
				Participação em programa de mobilidade “OUT” (por exemplo: ERASMUS)	2	Mobilidade	3	6
				Orientação de estágios/projetos/bolseiros externos	1	Estágio/ projecto	3	3
				Autoria ou co-autoria de programas de UC na Escola	0,5	UC	4	2
				Exposições artísticas ou científicas realizadas no âmbito de UC	0,5	Exposição	3	1,5
				Lecionação de seminários, ações, master classes, conferências, cursos livres, cursos de formação e Unidades extra-curriculares (sem remuneração nem inclusão no serviço docente)	0,3	Hora/ seminário, ação, curso ou UC	15	4,5
				Desenvolvimento de projetos extracurriculares com participação de instituições externas	1,5	Projecto	3	4,5

Pontuação máxima na dimensão	100
------------------------------	-----

Dimensão: Organizacional

Dimensão	Peso	Sub-dimensão	Pont. Máxima	Critérios	Pontos por item	item	Nº máximo de itens	Pontuação máxima
Organiza- cional				Vice-Presidente (CTC, CP) (não cumulativo com “membro de órgão”)	1,5	Mês	36	36
				Membro de órgãos (CTC, CP, CG)	0,5	“Mês” x “Ór- gão”	72	36
		Cargos em cen- tros de investiga- ção, gestão administrativa, coordenação de cursos e UTC		Diretor de Departamento	1,5	Mês	36	64
				Coordenador de Centro de investigação (exemplo: UNIMAD), como tal reco- nhecido pelo CTC e Presidência da ESMAD (não cumulativo entre si)	1	Mês	36	36
				Vice-directores	0,5	Mês	36	36
				Coordenador de curso/área (1º e 2º ciclos de estudos)	1	Mês	36	36
				Coordenador do GRI	1	Mês	36	36
				Presidente de júri de seleção/seriação (ex: mestrado, concursos especiais, concursos de > 23 anos, pré-requisitos, etc.)	2	Participação	6	12
				Membro de júri de seleção/seriação (ex: mestrado, concursos especiais, con- cursos de > 23 anos, , pré-requisitos, etc.)	1	Participação	6	6
				Projetos financia- dos/Pres-tação de serviços	Coordenador de centros, núcleos e unidades de prestação de serviços à co- munidade e de divulgação cultural e artística	0,5	Mês	36
		Coordenador/responsável de projeto com financiamento externo (≥ a 10.000 €)			0,5	Mês	36	18
		Outras activida- des		Responsável pela organização de eventos científicos de prestígio nacional ou internacional	6	Evento	3	18
				Membro de comissão organizadora de eventos científicos de prestígio nacio- nal ou internacional	3,5	Evento	4	14
				Responsável pela organização de seminários, jornadas ou acções formativas locais	3	Evento	3	9
				Membro de comissão organizadora de seminários, jornadas ou acções forma- tivas locais	2	Evento	3	6
				Responsável pela organização eventos artísticos nacionais e internacionais	3,5	Exposição	4	14
				Membro de comissão organizadora de exposições artísticas nacionais e inter- nacionais	2	Exposição	4	8
				Participação em ações de promoção/divulgação da ESMAD	1,5	Evento	6	9
				Membro da CADD	0,5	Mês	36	18
				Membro de outras comissões institucionais (elaboração de regulamentos, au- ditor interno de sistema de qualidade, Comissão de Horários, etc.) nomeadas pela presidência do IPP ou da ESMAD	0,3	Mês	36	12

Pontuação máxima na dimensão

100

ANEXO 2 a) – FICHA DE AUTOAVALIAÇÃO

Nome	
Categoria	
Tipo de contrato	

1 – Dimensão técnica, científica e artística

1.1 – Formação académica/profissional (grau ou título)

Grau ou título	Instituição	Ano de conclusão

1.2 – Atividade de investigação

1.2.1 – Livros e artigos

Autoria (coautoria), edição (coedição), coordenação (cocoordenação), organização de livros técnico-científicos ou autoria (coautoria) de capítulos de livros técnico-científicos	
Tradução, edição crítica ou revisão de livros técnico-científicos	
Artigos em revistas técnico-científicas com revisão entre pares: - Âmbito nacional - Âmbito internacional	
Artigos em revistas técnico-científicas sem revisão entre pares: - Âmbito nacional - Âmbito internacional	
Artigos em atas de congressos (não acumulável com a comunicação respetiva): - Nacionais - Internacionais	

1.2.2 – Comunicações e criação artística

Comunicações em congressos: - Nacionais - Internacionais	
Criação artística, com apresentação ou interpretação: - Nacional - Internacional	

1.2.3 – Membro de comissões científicas de congressos técnico-científicos

Funções	
Entidade organizadora	
Título do congresso	
Local de realização	
Data de realização	

1.2.4 – Membro de comissões científicas ou arbitragem (*referee*) em revistas técnico-científicas nacionais e internacionais (indexadas ou não indexadas)

Membro de Comissão ou arbitragem	Nome da revista	ISSN/ISBN	Editora	Nacional/ internacional

1.3 – Orientação e arbitragem (júri) de trabalhos e projetos de investigação, desenvolvimento de projetos de investigação e prémios

1.3.1 – Orientação (ou coorientação) de teses de doutoramento (não cumulativa como “membro de júri”)

Tema/título	Autor	Curso/Instituição	Ano de conclusão

1.3.2 – Orientação de dissertações/projetos/relatórios de estágio de mestrado (não cumulativa como “membro de júri”)

Tema/título	Autor	Curso/Instituição	Ano de conclusão

1.3.3 – Participação em júris de doutoramento e mestrado

	Título	Autor	Instituição	Data
Tese de doutoramento				
Título de especialista				
Dissertação/projeto/relatório de estágio				

1.3.4 – Participação em júris de provas de agregação

Autor	Instituição	Data

1.3.5 – Participação em projetos de investigação

Título de projeto	
Entidade financiadora/contrato	
Funções no projeto: - Investigador responsável máximo do projeto com financiamento externo - Investigador responsável na instituição de projeto com financiamento externo - Investigador responsável de projeto aprovado pelo CTC ou pelos centros de investigação da ESMAD - Colaborador em projeto de investigação internacional ou nacional com financiamento externo - Colaborador em projeto de investigação aprovado pelo CTC ou pelos centros de investigação da ESMAD	
Data de início e duração	
Entidades participantes	

1.3.6 – Prémios ou distinções nacionais e internacionais

--

1.4 – Experiência profissional relevante regular em atividade fora do meio académico, nos últimos 5 anos (só para professores sem exclusividade)

Tipo de atividade	
Instituição onde foi desenvolvida	
Data de início e duração	

A – Pontuação na dimensão técnica, científica e artística

Sub-di- mensão	Pont. Máx.	Critérios	Nº de itens	Pon- tua- ção
Formação académica / profissional	35	Formação académica/profissional mais elevada	----	
Atividade de investi- gação	50	Autor ou coautor de livro técnico-científico		
		Editor ou coeditor/Coordenador ou cocordenador/Organizador de li- vro técnico-científico		
		Autor ou coautor de capítulo de livro técnico-científico		
		Tradução/edição crítica/revisão de livro técnico-científico		
		Artigo em revista técnico-científica de âmbito internacional com revi- são por pares		
		Artigo em revista técnico-científica de âmbito nacional com revisão por pares		
		Artigo em revista técnico-científica sem revisão por pares		
		Artigo em atas de congresso internacional (não acumulável com a co- municação respetiva)		
		Artigo em atas de congresso nacional (não acumulável com a comuni- cação respetiva)		
		Comunicação em congresso internacional		
		Comunicação em congresso nacional		
		Criação artística, com apresentação ou interpretação a nível internaci- onal		
		Criação artística, com apresentação ou interpretação a nível nacional		
		Membro de comissão científica de congresso técnico-científico nacio- nal ou internacional		
		Membro de comissão científica ou arbitragem (<i>referee</i>) em revista téc- nico-científica nacional ou internacional indexada		
		Membro de comissão científica ou arbitragem (<i>referee</i>) em revista téc- nico-científica nacional ou internacional não indexada		

Orientação e arbitragem (júri) de trabalhos e projetos de investigação, desenvolvimento de projetos de investigação e prémios	40	Orientação ou coorientação de tese de doutoramento (concluída) (não cumulativa como “membro de júri”)		
		Orientação de dissertação/projeto/relatório de estágio de mestrado (concluída) (não cumulativa como “membro de júri”)		
		Júri de tese de doutoramento ou de título de especialista		
		Júri de dissertação/projeto/relatório de estágio de mestrado		
		Júri de provas de agregação		
		Investigador responsável de projeto - Investigador responsável máximo do projeto com financiamento externo atribuído por agência científica nacional ou similar - Investigador responsável na instituição de projeto com financiamento externo atribuído por agência científica nacional ou similar - Investigador responsável de projeto aprovado pelo CTC ou pelos centros de investigação da ESMAD		
		Colaborador em projeto de investigação internacional ou nacional com financiamento externo atribuído por agência científica nacional ou similar		
		Colaborador em projeto de investigação aprovado pelo CTC ou pelos centros de investigação da ESMAD		
		Prémio ou distinção nacional ou internacional atribuído por entidade de reconhecido prestígio		
Experiência profissional	6	Experiência profissional relevante regular em atividade fora do meio académico, nos últimos 5 anos (só para professores sem exclusividade)		
TOTAL				

2 – Dimensão pedagógica

2.1 – Experiência e dedicação à docência

2.1.1 – Experiência profissional no ensino superior

Período(s) de atividade docente no ensino superior	
Instituição	
Número de anos de atividade docente no ensino superior	

2.1.2 – Dedicação à docência

Média anual de serviço letivo nos três anos	
Número médio de UC/ano (nos três anos)	
Número médio UC/ano das quais foi responsável	

2.2 – Qualidade de desempenho docente

Resultado médio (dos três anos) da avaliação pelos estudantes	
---	--

2.3 – Cumprimento dos prazos e outras obrigações profissionais

Número de registos	
--------------------	--

2.4.1 – Elaboração de material didático

	Âmbito da UC/Curso/Área	Caraterísticas (incluindo nº de pág., se aplicável)
Manuais de apoio à docência		
Antologias comentadas		
Textos de apoio		
Apontamentos impressos		
Caderno de exercícios		
<i>Software</i>		
Manuais de práticas de laboratório		
Produções audiovisuais		
Outros materiais		

2.4.2 – Cursos de atualização pedagógica ou profissional frequentados

Temática	Instituição formadora	Nº de horas

2.4.3 – Participação em grupos ou comissões académicas, incluídas as de avaliação institucional, com apresentação de relatórios, comissões para a criação/acreditação de cursos, etc.

Tipo de grupo ou comissão	
Funções no grupo ou comissão: - Coordenador - Membro	
Data de início e duração	

2.4.4 – Organização de visitas de estudo

Unidade Curricular	Local	Data	Nº de estudantes

2.4.5– Participação em programa de mobilidade “OUT”

País/instituição	Temática lecionada	Nº de horas leçãoção	Data

2.4.6 – Orientação de estágios/projetos de cursos de licenciatura ou complementos académicos

Curso	UC	Estudante	Ano letivo

2.4.7 – Autoria ou coautoria de programas de UC na Escola

Curso	UC

2.4.8 – Exposições artísticas ou científicas realizadas no âmbito de UC

Curso/UC	
Tipo de exposição	
Temática	
Local	
Data	

2.4.9 – Lecionação de seminários, ações, cursos de formação e UC extracurriculares, sem remuneração nem inclusão no serviço docente

	Caraterização	Nº de horas
Seminários		
Ações		
Cursos de formação		
UC extracurriculares		

2.4.10 – Desenvolvimento de projetos extracurriculares com participação de instituições externas

Tipo de projeto	
Instituição externa participante	
Data de início e duração	

B – Pontuação na dimensão pedagógica

Sub-di- mensão	Pont. Máx.	Critérios	Nº de itens	Pontua ção
Experiên- cia e dedi- cação à docência	40	Experiência profissional no ensino superior		
		Média anual de serviço letivo (dos três anos) - < 10h/semana (< 300 h/ano)		
		Média anual de serviço letivo (dos três anos) - ≥ 10h e <12 h/semana (≥ 300h e <360 h/ano)		
		Média anual de serviço letivo (dos três anos) - = 12h/semana (360 h/ano)		
		Número médio de UC/ano Número médio de UC/ano das quais foi responsável		
Qualidade do desem- penho do- cente	10	Resultado médio (dos três anos) da avaliação pelos estudantes (3,5 – 4,0)		
		Resultado médio (dos três anos) da avaliação pelos estudantes (3,0 – 3,4)		
		Resultado médio (dos três anos) da avaliação pelos estudantes (2,5 – 2,9)		
		Resultado médio (dos três anos) da avaliação pelos estudantes (< 2,5)		
Cumpri- men-to de prazos e outras obrigações profissio- nais	5	Cumprimento de prazos e outras obrigações profissionais (sumários, programas, lançamento de notas, assiduidade às aulas, pontualidade, avaliações, vigilâncias, etc.)		
		Sem registos		
		Nº de registos = 1 ou 2		
		> 2		
Elaboração de material didático,		Manuais de apoio à docência		
		Antologias comentadas		
		Elaboração de textos de apoio, apontamentos impressos, cadernos de exercícios, <i>software</i> , manuais de práticas de laboratório, produções audiovisuais, etc.		
		Cursos de atualização pedagógica ou profissional ≤ 40 horas Cursos de atualização pedagógica ou profissional > 40 horas		

cursos de formação ou atualização frequentados e participação em atividades académicas	45	Coordenação de grupos ou comissões académicas, incluídas as de avaliação institucional, com apresentação de relatórios, comissões para a criação/acreditação de cursos, etc.		
		Participação em grupos ou comissões académicas, incluídas as de avaliação institucional, com apresentação de relatórios, comissões para a criação/acreditação de cursos, etc.		
		Organização de visitas de estudo e promoção de interdisciplinaridade entre departamentos		
		Participação em programa de mobilidade “OUT” (por exemplo: ERASMUS)		
		Orientação de estágios/projetos/bolseiros externos de cursos de licenciatura ou complementos académicos		
		Autoria ou coautoria de programas de UC na Escola		
		Participação e promoção de eventos/atividades artísticas ou científicas realizadas no âmbito de UC e acompanhamento dos alunos em atuações públicas em representação da ESMAD		
		Lecionação de seminários, ações, masterclass, conferências, cursos livres, cursos de formação e UC extracurriculares, sem remuneração nem inclusão no serviço docente		
		Desenvolvimento de projetos extracurriculares com participação de alunos de instituições externas		
TOTAL				

3 – Dimensão organizacional

3.1 – Participação em órgãos de gestão estatutariamente definidos

Órgão	
Funções: - Presidente - Vice-Presidente - Membro	
Período de exercício de funções	

3.2 – Diretor ou coordenador de centro de investigação

Centro de investigação	
Número de investigadores integrados	
Número total de investigadores	
Período de exercício de funções	

3.3 – Coordenação de UTC e cursos

Funções: - Coordenador de UTC (≥ 5 ETI's ou < 5 ETI's) - Coordenador de curso - Membro da comissão de curso	
Período de exercício de funções	

3.4 – Coordenação de serviços

Funções: - Coordenador do Centro de Produção - Coordenador do GRI - Coordenador ligações às Empresas	
Período de exercício de funções	

3.5 – Participação em júri de seleção/seriação (ex: mestrado, concursos especiais, concursos de > 23 anos, pré-requisitos, etc.)

Tipo de júri	
Funções: - Presidente de júri - Membro de júri	

3.6 – Coordenador de centros, núcleos e unidades de prestação de serviços à comunidade e de divulgação cultural e artística

Centro/núcleo/unidade	
Número de elementos do centro/núcleo/unidade	
Período de exercício de funções	

3.7 – Coordenador/responsável de projeto com financiamento externo (≥ a 10.000 €)

Título de projeto	
Entidade financiadora	
Verba atribuída ao projeto	
Data de início e duração	
Entidades participantes	

3.8 – Organização de eventos científicos, exposições artísticas, seminários, jornadas ou ações formativas locais

	Funções (responsável pela organização ou membro de comissão organizadora)	Caraterização do evento	Local	Data
Eventos científicos (nacionais, internacionais)				
Exposições artísticas (nacionais, internacionais)				
Seminários, jornadas ou ações formativas locais				

3.9 – Participação em ações de promoção/divulgação da ESE

Caraterização da ação	Local	Data

3.10 – Membro da CADD

Período de exercício de funções	
---------------------------------	--

3.11 – Membro de outras comissões institucionais (elaboração de regulamentos, auditor interno de sistema de qualidade, Comissão de Horários, etc.) nomeadas pela presidência do IPP ou da ESMAD

Tipo de comissão	
Nomeado por: - Presidência do IPP - Presidência da ESMAD	
Período de exercício das funções	

C - Pontuação na dimensão organizacional

Sub-dimen- são	Pont. Máx.	Critérios	Nº de itens	Pon- tua-ção
Participação em órgãos de gestão estatutariamente definidos	100	Presidente CTC, CP e Vice-Presidente da ESE (não cumulativo com “membro de órgão”)		
		Vice-Presidente (CTC, CP) (não cumulativo com “membro de órgão”)		
		Membro de órgãos (CTC, CP, CG)		
Cargos em centros de investigação, gestão administrativa, coordenação de cursos e UTC		Diretor de Departamento ou Coordenador de Centro de investigação (exemplo: UNIMAD), como tal reconhecido pelo CTC e Presidência da ESMAD (não cumulável entre si)		
		Vice-directores de departamento		
		Coordenador de curso/área (1º e 2º ciclos de estudos)		
		Coordenador do GRI / Coordenador do Centro de Produção / Coordenador ligações às Empresas		
		Presidente de júri de seleção/seriação (ex: mestrado, concursos especiais, concursos de > 23 anos, pré-requisitos, etc.)		
		Membro de júri de seleção/seriação (ex: mestrado, concursos especiais, concursos de > 23 anos, , pré-requisitos, etc.)		
Projetos financiados/Prestitação de serviços		Coordenador de centros, núcleos e unidades de prestação de serviços à comunidade e de divulgação cultural e artística		
		Coordenador/responsável de projeto com financiamento externo (≥ a 10.000 €)		
Outras atividades		Responsável pela organização de eventos científicos de prestígio nacional ou internacional		
		Membro de comissão organizadora de eventos científicos de prestígio nacional ou internacional		
		Responsável pela organização de seminários, jornadas ou ações formativas locais		
		Membro de comissão organizadora de seminários, jornadas ou ações formativas locais		
		Responsável pela organização de eventos artísticos nacionais e internacionais		
		Membro de comissão organizadora de exposições artísticas nacionais e internacionais		

		Participação em ações de promoção/divulgação da ESMAD		
		Membro da CADD		
		Membro de outras comissões institucionais (elaboração de regulamentos, auditor interno de sistema de qualidade, Comissão de Horários, etc.) nomeadas pela presidência do IPP ou da ESMAD		
TOTAL				

D - Classificação final:

Dimensões	Pontuação	Ponderação a atribuir
Técnica, científica e artística		
Pedagógica		
Organizacional		

Número de dimensões com uma pontuação igual ou superior a 50%	
---	--

Classificação Final	
Percentagem	
Pontos	

Data:.....

Assinatura: